

CRIANÇA NEGRA E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA NA ESCOLA E MOVIMENTOS PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Piedade Lino Videira*

Resumo

Movimentos Sociais e Estado travam, ao longo do século passado, forte diálogo, que resulta em leis constitucionais, emendas a estas e normas e regulamentações sobre a educação, que traduzem em parte a história da Educação. Movimentos Sociais Populares visavam, nesses embates, a eliminação do analfabetismo, a universalização do ensino, a democratização da educação e a instauração de uma visão crítica e cidadã. Movimentos Negros desenvolveram visões específicas sobre a educação, as quais sempre contrastaram com as visões dos demais movimentos populares. A análise da relação sistema educacional e criança negra reflete os pontos desenvolvidos pelos movimentos negros, que, só recentemente, se transformaram em diretriz educacional nacional, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996-1998, na lei 10.639/03 – emenda que altera a LDB e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Este artigo apresenta a situação da criança negra na educação, como base para refletirmos sobre os denominados avanços nas leis, normas e procedimentos editados pelo estado brasileiro sobre a educação e a relação destes com a população negra.

* Graduada em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Mestre e Doutoranda em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Ceará – UFC. É Professora da rede pública e particular de Macapá. Ex – Bolsista do Concurso Negro e Educação ANPED/Fundação FORD/ Ação Educativa.

Palavras-chave: Criança negra. Racismo. Discriminação étnica. Educação. Escola e leis.

1 Introdução

Educar com “Perfeição e sem Coação” foi lema de uma proposta de escola para crianças pretas e pardas, realizada pelo professor Pretextato dos Passos Silva, em 1853, na cidade do Rio de Janeiro. O professor Pretextato argumentava que, sendo ele negro, conhecia melhor a realidade daquelas crianças e podia, por isso, educá-las melhor, com perfeição e sem coação, ao contrário das demais escolas. O professor Pretextato dos Passos Silva implantou e dirigiu tal escola por quase 20 anos.

A existência do professor Pretextato dos Passos Silva e dos documentos em que ele argumenta para obter autorização para implantar tal escola nos remete a várias reflexões.

A primeira delas é sobre a história da educação brasileira, que teve, durante muito tempo – e ainda tem, de certa maneira – a idéia de que a população negra chega à educação com a universalização do ensino, ocorrida depois de meados do século passado. Raras são as referências sobre a educação de negros e pardos, denominados, aqui, de afrodescendentes (CUNHA JÚNIOR, 2001). Embora a História do Escravismo Criminoso nos mostre uma infinidade de pistas que nos levariam a pensar a educação dos afrodescendentes anterior à república, esses dados não provocaram a imaginação dos historiadores da educação. Os anúncios em jornais de escravos fugidos trazem, algumas vezes, a citação que o procurado sabia ler, escrever e contar, o que contrastava com o período em que a educação dos escravizados era proibida. As Irmandades de Pretos e Pardos existiram, desde 1640, e, tendo-se alastrado por todos os estados, realizaram, à sua maneira, a educação das “primeiras letras” de parte de seus membros (SILVA, 2003). A falta do dado histórico levou à invisibilidade dessa população, o que

redundou em dificuldades em reivindicar políticas públicas e em dar a inscrição necessária, no mundo, às discussões sobre políticas educacionais.

A existência do Professor Pretextato dos Passos Silva revela outra faceta invisível da discussão sobre educação brasileira que é a da presença de mobilização social da população afrodescendente pela educação, com base na especificidade étnica. Como também evidencia a formulação afrodescendente de críticas sobre a educação e revela quais problemas se arrastam ao longo de mais de um século sem a tomada de posição da sociedade e do estado.

Tomando como ponto de partida a década de 20, onde se organizam, com base em Anísio Teixeira, os primeiros paradigmas conceituais e filosóficos para uma educação popular ampla e reflexiva, diversas transformações ocorreram na educação: leis constitucionais foram promulgadas, normas e portarias baixadas, mostrando um intenso debate pela melhoria da educação. Movimentos populares influenciaram nessas transformações, entretanto, em sua maioria, eles nunca incorporaram as reivindicações dos movimentos negros.

Este artigo faz um amplo quadro teórico conceitual de como evoluíram os temas da criança negra e da discriminação étnica na escola. Depois, faz uma rápida comparação de como evoluíram as reivindicações por parte dos movimentos sociais pela educação. Concluindo, aponta um descompasso entre as posturas dos movimentos negros e as reivindicações elencadas pelos demais movimentos sociais.

Nas conclusões são abordadas algumas razões desse descompasso. As reivindicações dos movimentos negros são somente reconhecidas como legítimas por parte da sociedade civil e pelo governo e incorporadas de forma tímida, a partir de 1998, com a edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais. No ano de 2004, também o Conselho Nacional de

Educação (CNE) aprova parecer que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), visando a incorporar parte dos temas de interesse dos afrodescendentes na educação nacional

2 Os conceitos utilizados

Visto que as relações étnicas constituem um tema relativamente novo na pauta das preocupações da educação brasileira e que muitos dos conceitos sobre a temática são pouco difundidos, então, aqui vamos introduzir alguns conceitos úteis para acompanhar a evolução da temática sobre Criança Negra, Discriminação Étnica na Escola e Movimentos pela Educação Popular.

2.1 Etnia

Utilizaremos a referência de etnia negra na formulação deste trabalho, por essa expressão englobar os aspectos sociocultural, histórico e psicológico de uma dada população. Para Munanga (1999, p. 35):

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum; uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

Essa definição se aplica ao contexto africano, devido à existência de línguas que caracterizam os grupos. Mesmo assim, pensadores africanos, como Anselle e M'Bokolo (1985), admitem flexibilizar o conceito de etnia, dando conotação histórica e política a tal conceito. No caso dos afrodescendentes brasileiros, Cunha Júnior (2000) define etnia como um resultado identitário, compreendendo uma origem cultural comum e um processo histórico comum. Dessa forma, a etnia aqui é produzida pela história do escravismo e do capitalismo com racismo. Este último será utilizado neste trabalho. Vale ressaltar que existem inúmeras formas de

preconceito, discriminação e racismo, o que causa algumas dificuldades em trabalhar os temas das relações étnicas da população afrodescendente ou negra na educação brasileira. O uso da categoria etnia negra ou afrodescendente retira o tratamento das questões educacionais do campo da biologia e de raça social, trazendo-o para o campo de história social. Assim, as desigualdades sociais são produzidas de forma diferenciada entre grupos sociais afrodescendentes e eurodescendentes, que têm como complicador não serem grupos estanques. As desigualdades para os afrodescendentes têm o componente da origem de escravizados e da existência de racismo. Tal fato explica as diferenças socioeconômicas encontradas nos censos populacionais, onde os indicadores sociais dos pobres pretos e pardos (afrodescendentes) diferem muito com relação aos indicadores sociais dos pobres brancos (IPEA, 1999).

2.2 Preconceito, discriminação e racismo

Tanto a literatura como as falas do cotidiano da vida brasileira mostram algumas dificuldades conceituais para definirmos preconceito, discriminação e racismo contra a população negra. Aqui negro e afrodescendente são usados como sinônimos, englobando o que, no senso do IBGE, aparece como pretos e pardos. Dado o uso da categoria etnia, e tendo em vista a população negra brasileira e os feitos históricos sobre esta, a nossa definição de preconceito, discriminação e racismo ficará restrita às relações étnicas. Não está contemplado, nesta tentativa de conceituação, o preconceito contra deficientes físicos, homossexuais e lésbicas e os preconceitos de caráter temporário, como contra a obesidade, por exemplo. Esses ficam fora da definição aqui procurada, pois não estabelecem linhas de marcadores estruturais de acesso aos benefícios sociais e a salários, como por exemplo, o fato de um(a) profissional liberal negro(a) receber uma média de 50% do valor dos rendimentos de um(a) profissional branco(a) com a mesma

formação. As definições são extensivas às etnias indígenas ou às desigualdades sofridas pelos nordestinos no sudeste brasileiro.

Preconceito Étnico: O preconceito étnico é mediado por alguma ideologia de dominação, que inferioriza ou supervaloriza um grupo social em detrimento de outro. Vem a ser parte de uma estratégia ideológica de dominação da classe hegemônica, que leva indivíduos ao pré-julgamento, ou conceito prévio, estabelecido em relação a um indivíduo ou grupo que apresente características étnicas, culturais e religiosas diferentes do grupo opressor, o qual objetiva afirmar sua superioridade, desqualificando, marginalizando, ridicularizando e negando os atributos da população afrodescendente. Foi o que aconteceu entre o escravizador branco e os escravizados negros, grupos étnicos raptados da África e trazidos, forçadamente, como escravos para o Brasil, por exemplo.

Discriminação Étnica: É quando aquilo que estigmatiza e desqualifica, socialmente, um indivíduo ou grupo social com relação a outro é posto em prática, ainda no campo de ações isoladas, de relações interpessoais ou intergrupais, mas sempre guardando o caráter assistemático.

Racismo Étnico: O racismo é a sistematização dos preconceitos e das discriminações, abrangendo, também, o estado. Para Munanga (1999, p. 25),

o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista, que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas, que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

supervalorizando o branco e desvalorizando o negro. O racismo étnico tem formas sistemáticas e compõe o conjunto de idéias e práticas de dominação entre grupos sociais. Ele, também, possui

superestruturas e estruturas que conduzem o racismo e está muito além das relações interpessoais e intergrupais momentâneas. O racismo étnico tem caráter estrutural na sociedade.

Para Ribeiro (2001, p. 11), racismo é um comportamento ou uma ação resultante de aversão ou ódio às pessoas, a partir de critérios étnicos, como características físicas e culturais. É uma ideologia referente às “raças” humanas, a qual postula a existência de “raças superiores” e “raças inferiores”.

No Brasil, o racismo opera fixando a idéia de inferioridade do negro e de tudo o que se relaciona ao negro. Pouco se fixa da idéia de superioridade do branco nos discursos do racismo brasileiro. Este racismo pode ser compreendido de diversas formas, pela imposição de valores da cultura dominante, como também pela violência simbólica e física dirigida às pessoas e grupos identificados como negros.

Movimento Negro. Para Cunha Júnior (2003, p. 4),

movimento negro é a reunião de causas em torno de manifestações de identidade cultural e/ou de protestos contra o racismo, as desigualdades sociais, políticas e econômicas e da procura por uma mobilidade social com vistas à aquisição de bens simbólicos e materiais. Pode ser entendido, ainda, de forma plural, indo das práticas da cultura de matrizes africanas às organizações políticas em torno de políticas sociais diversas.

Destacamos que, do ponto de vista teórico e operacional nosso, negro e branco só têm sentido como categorias históricas, presentes na luta entre grupos hegemônicos e não- hegemônicos.

3 A evolução do tema

Mais de meio século passou-se com mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCN) e no conjunto da sociedade e, apesar das inúmeras mudanças ocorridas na educação, tais como a modernização do material didático, relação professor-aluno, responsabilidade social do estado pela educação, etc., o problema do racismo étnico está quase intocado, reforçado pelo pensamento de base universalista (eurocêntrica) introduzido no Brasil. Esse pensamento eurocêntrico vem a ser um dos principais entraves para a solução dos problemas étnico-raciais na educação brasileira.

Reverendo os aspectos históricos, temos que a formulação da crítica atual dos movimentos negros, com relação à educação brasileira, tem origem nos anos 1970 (CUNHA JUNIOR, 1999, CUNHA JUNIOR; GOMES; SANTOS, 2003). Na década de 1970, desenvolve-se um pensamento novo, denominado de consciência negra, que reorganiza o movimento negro brasileiro. Nesse pensamento de consciência negra interferem idéias socialistas, como a de procura da base de cultura de matriz africana como denominador comum da população negra brasileira. A consciência negra discute as relações de poder e formula a base para um pensamento autônomo dos movimentos negros brasileiros com relação aos demais movimentos políticos do país. Nesse período, rejeita-se a hipótese de pensar a população negra como minoria populacional.

Na crítica às idéias em curso na sociedade brasileira, segundo Cunha Júnior (1991), ignoram-se, nos universos de análise, os processos históricos e os resultados das estatísticas que indicam a existência de problemas de ordem específica, e impõem-se silêncios no campo da educação sobre os diversos temas relativos à população de origem africana. Ele ainda menciona que se desconhecem a existência e a importância desses temas, negando-se a existência das diversidades culturais e a incidência do tratamento dado a estas sobre os resultados educacionais e sociais colhidos pelas diversas etnias.

No que se refere ao sistema educacional de ensino, as pesquisas acadêmicas apontam os profissionais da educação como agentes reprodutores da discriminação e do racismo no espaço escolar, desde aqueles que atuam em educação infantil (CAVALLEIRO, 1991; OLIVEIRA, 1994), até aqueles que atuam em níveis escolares mais elevados, (BOTELHO, 1998; CUNHA JÚNIOR, 1987; FIGUEIRA, 1991; OLIVEIRA, 1994; SILVA, 1995; VALENTE, 1993).

A esse respeito, Cavalleiro (1991, p. 49) afirma que:

Para a promoção de uma educação igualitária, compromissada com o desenvolvimento de todos os cidadãos, as relações étnicas em território brasileiro devem ser questionadas. Esta é uma discussão impreterível na medida em que o sistema de ensino mostra-se inadequado para o seguimento negro da população.

No campo da educação, a questão da especificidade étnica parece resolvida dentro dos avanços conceituais e legais. Segundo Cury (2002, p. 225):

Hoje, em uma boa parte dos países europeus e mesmo latino-americanos, a discussão do direito à educação escolar já se coloca do ponto de vista do que Bobbio (1992), citado por ele, chama de especificação. Na verdade, trata-se do direito à diferença, em que se mesclam as questões de gênero e credo, entre outras.

Muito embora, segundo o autor, a dialética entre o direito à igualdade e o direito à diferença na educação escolar como dever do Estado e direito do cidadão não é uma relação simples. O problema está na execução prática desse direito. Para tanto, não basta somente ter direito à educação, dentro do campo do direito instituído legalmente e alicerçado pela pseudo-frase “A Educação é um Direito de Todos”. O problema não está na consignação do “Direito à Educação”, o direito à especificidade, à diferença, está dentro da concepção maior do direito à igualdade. Resta o problema da prática da sua efetivação. A mobilização dos movimentos negros com relação

à educação gira, em parte, em torno dessa argumentação: termos um direito real (aqui está a efetivação do direito), praticado e pautado no reconhecimento das especificidades e diversidades étnicas sociais, econômicas, culturais e religiosas da sociedade brasileira. Queremos, de fato e de direito, ter direito às especificidades. Pensamos ser esse um grande passo para a solução do problema do racismo contra a etnia negra na escola e no sistema educacional.

O poder interventor do estado e as instituições educacionais formais de ensino têm-se mostrado omissos quanto ao dever de reconhecer positivamente a criança negra no cotidiano escolar, o que converge para o afastamento dela do quadro educacional. Muito embora saibamos que, na letra da lei, há a “garantia” da educação como direito de todos. Mesmo reconhecendo sua relevância.

Desse modo, para a promoção de uma educação igualitária, compromissada com o desenvolvimento de todos os cidadãos, as relações raciais em território brasileiro devem ser questionadas. Esta é uma discussão impreterível, à medida que o sistema de ensino se mostra inadequado para o segmento negro da população. E, por conseguinte, o espaço escolar mostra-se inadequado para receber crianças negras. Como afirmado anteriormente, no que se refere ao sistema de ensino, as pesquisas acadêmicas apontam os profissionais da educação como agentes reprodutores do racismo, preconceito e discriminação étnica no espaço escolar. Muito embora a observação empírica do nosso trabalho em Macapá, também, tenha revelado a existência de tal discriminação, partindo, principalmente, de crianças não-negras para com as crianças negras, tanto nas instituições públicas quanto nas particulares de ensino. A nossa observação empírica é validada pelo trabalho de pesquisa realizado pela educadora e militante do movimento negro Cavalleiro (1999). O trabalho de Ademil Lopes (1994), realizado no interior paulista, também aponta para a existência de fortes tensões entres estudantes das séries iniciais,

por meio de agressões verbais e de insultos anedóticos.

Cunha Júnior (1992, p. 37) ressalta que:

A denúncia da discriminação racial na escola, por parte da criança, somente ocorre nos casos de discriminação aberta. A criança denuncia apenas os atos de racismos explícitos, presentes nos xingamentos e achincalhamentos, como também a interdição em participar de alguma coisa. Nas escolas, as crianças negras são impedidas de serem anjo nas festas católicas e mesmo noivos ou noivas nas festas de quadrilha.

Os fatos denunciados pelas crianças podem ser agrupados em quatro níveis: no relacionamento com os colegas, no relacionamento com as professoras e funcionários; quando da exposição de fatos quaisquer; em proibição de participação em posição de destaque. Quando falamos de destaque no meio escolar nos referimos a oradores nas festas, a quem carrega a bandeira nacional nas solenidades ou quem faz papel de anjo nas peças escolares, estas citações são exemplos mais comuns.

Nos momentos de conflitos entre crianças, a criança negra sofre agressão verbal relacionada com a etnia. Nessa situação, muitas vezes, professores e funcionários tomam conhecimento dos fatos e não sabem de que forma tratá-los, em nível do significado da discriminação étnica. Como são questões tabus nas discussões didático-pedagógicas, geram desconforto grande entre os/nos educadores, que optam pela saída mais fácil perante o embaraço e se fazem passar por 'miope' diante da situação, este comportamento reforça o universo ideológico pejorativo que a criança, consciente ou inconsciente, conhece.

No relacionamento com os professores e funcionários, a agressão étnica racial geralmente ocorre nos momentos de tensão, quando estes funcionários e professores transmitem toda a informação racista, que, em situações normais, se mantém disfarçada. Essas informações racistas podem, também, ocorrer em situações não-tensionais, e ser percebidas pelo meio como normais.

A situação menos denunciada, e que muitas crianças encaram como normal, sendo poucas as que a percebem como racista, diz respeito aos comentários sobre fatos que envolvem pessoas negras. A narração ou análise dos fatos, sob uma ótica distorcida de uma percepção racista, quando realizada por professores, além de atingir a criança, colocam-na numa posição “ridícula”, perante as outras crianças. A denúncia típica da criança atingida é a seguinte: “A professora não gosta de preto, porque ela falou isso e aquilo”.

A sociedade brasileira escolheu a “cozinha” para ser o “lugar social” do negro neste país, e a escolha não só confirma como impede a criança negra de ocupar posição de prestígio social nas representações escolares – “a noiva da dança de quadrilha não pode ser negra; ou nos esquetes de teatro, quando os anjos também não podem ser negros” (CUNHA JÚNIOR, 1992).

Na representação social do negro no material didático e nos diversos veículos de comunicação social, em particular na propaganda, a população negra é representada apenas como serviçal, muitas vezes, de forma indigna e jocosa. Nos cartazes alusivos às datas históricas, cívicas e sociais, esses problemas de fundo racista repetem-se. Embora a sociedade brasileira, no período entre o fim do escravismo e os tempos atuais, tenha passado por significativas transformações, a representação do negro permanece quase inalterada em relação ao estereótipo do escravo submisso e o trabalhador atual, como se o único lugar destinado aos negros fosse a subalternidade e a inferioridade.

Constatamos que tais concepções preconceituosas e discriminatórias, que dão sustentação às desigualdades, à perpetuação do racismo e à discriminação étnico-cultural da sociedade brasileira, têm encontrado, na escola, um espaço fértil para sua reprodução. Isso tem

contribuído para a desqualificação e autoconceito inferiorizado dos educandos negros, dificultando, para eles, a consolidação de uma autoimagem e identidade positivas.

Diante das idéias expostas, torna-se prioritária a compreensão dos efeitos decorrentes do problema das relações étnicas vivenciado pelas crianças negras nas escolas.

Nesse cotidiano escolar, são muitos os profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e, também, não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação democrática. Porém, um olhar atento e preocupado para com as relações estabelecidas na escola flagra situações que constata a existência de um tratamento diferenciado em função da pertença racial dos alunos. Essa diferenciação de tratamento pode ser considerada uma atitude antieducativa, concorrendo para a difusão e para a permanência do racismo na nossa sociedade (CAVALLEIRO, 1991).

4 Conseqüências do racismo na escola para as crianças negras

Desde a infância, no processo de desenvolvimento e de interação social, os seres humanos aprendem a discriminar e a estabelecer comparações e conceitos que corresponderão aos comportamentos aprovados socialmente. Ao mesmo tempo, vão aprendendo a empregar tais conceitos e a atribuir valor a si mesmos.

A compreensão da dinâmica das relações multirraciais no âmbito da educação representa um recurso de avanço no combate ao racismo brasileiro e às desigualdades predominantes na sociedade. O entendimento dessa questão no cotidiano da educação é condição *sine qua non* para se

arquitetar um projeto novo de educação que possibilite a inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos. Tal fato contribuiria para desenvolver, nas pessoas, um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/superioridade dos grupos étnicos. A possibilidade das crianças receberem uma educação igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever de toda sociedade, pois as crianças ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelos mediadores, tornando-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos difundidos no dia-a-dia.

Entende-se, então, que a despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, concorre para a construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de um questionamento crítico sobre essa questão pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos à sua volta.

A ausência da temática racial no planejamento escolar impede a promoção de boas relações entre os elementos que integram o cotidiano da escola. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece para que as especificidades sejam entendidas como desigualdade, e o afrodescendente, como sinônimo de desigualdade e inferioridade.

Diante das idéias expostas, torna-se prioritária a compreensão dos efeitos decorrentes do problema racial vivenciado pelos educandos nas escolas, principalmente nas escolas de educação infantil.

Vejam os como a existência de racismo, preconceito e discriminação, com base nos atributos étnicos, na sociedade brasileira e no cotidiano escolar, produz males a todos os indivíduos da sociedade. Para os indivíduos negros, ela acarreta, segundo Cavalleiro (1998) e Silva (2003):

- auto-rejeição, rejeição ao seu outro igual, rejeição por parte do grupo;
- desenvolvimento de baixa auto-estima, com ausência de reconhecimento da capacidade pessoal, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula;
- ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial;
- dificuldade de aprendizagem;
- recusa em ir para a escola e exclusão escolar.

Para o aluno branco, o racismo, o preconceito e a discriminação racial acarretam:

- cristalização de um sentimento irreal de superioridade: étnico, cultural, estético, intelectual, etc.;
- perpetuação do racismo, preconceito e discriminação étnicos nas outras relações estabelecidas pelos alunos.

Na escola, várias são as situações e acontecimentos que podem contribuir com essa problemática para as afirmações abaixo, quais sejam, segundo Silva (2003):

- Material Pedagógico: grande quantidade de material didático-pedagógico e também de materiais auxiliares (livros de histórias, revistas, jornais, entre outros) apresentam apenas pessoas brancas como referência. Quase que sem exceção, os negros aparecem nesses materiais para ilustrar o período escravista do Brasil Colônia ou, então, para ilustrar situações de desprestígio social. A utilização desses materiais evidencia um processo de socialização marcado pela cultura branca e inculca a imagem do indivíduo branco como única referência positiva. Esses exemplos são claros dentro do livro de Ana Célia Alves (2003, p.69), cujo título é *Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático*.
- Universo Semântico Pejorativo: situações nas quais os alunos negros são tratados por seus amigos e/ou professores com termos preconceituosos negativos ou supostamente positivos, tais como “neguinho”, “a coisa está preta”, “humor negro”, “carvaõzinho”, “macaquinho”, “nega(o) do cabelo duro”, “urubu”, “anu”, “tição”, “toco que não sai do lugar”, “negra da

senzala”, “cabelo de bombril”, etc. Dissimulações, apelidos e ironias encobrem um preconceito latente e também favorecem a interiorização/cristalização de idéias preconceituosas e atitudes discriminatórias.

- Distribuição Desigual de Afeto: ocorrência de oportunidades diferentes para os alunos se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes das atividades desenvolvidas na escola. Ou seja, um tratamento diferenciado direcionado aos alunos brancos, tais como, doação de carinho, agrados, estímulos, incentivos, atenção, entre outros. Em muitas situações, encontramos, nas escolas, educadores e educadoras que se dizem (que se sentem) compromissados(as) com o seu fazer profissional, mas se mostram cegos para as suas ações, principalmente quando são analisadas as relações interpessoais estabelecidas no cotidiano escolar.

Cavalleiro (1991) considera que, em geral, os integrantes da escola apresentam um comportamento semelhante ao dos demais indivíduos da sociedade, não sendo as atitudes ora apontadas exclusividade de professores, o que é compreensível, embora não seja aceitável, especialmente para um profissional da educação. Mesmo considerando os atos do professor como inconscientes. A inconsciência não lhes tira a responsabilidade e faz com que incorporem e naturalizem determinados comportamentos racistas e discriminatórios. Portanto, a não percepção consciente seria, quase, uma condição de existência da discriminação/preconceito em relação às crianças negras, e as atitudes desses profissionais magoam e marcam, certamente, a criança pela vida afora.

- Negação da Diversidade Étnica Brasileira na Formação da Equipe da Escola: ausência de parcerias com profissionais liberais negros (palestrantes, médicos, psicólogos, escritores, etc.). Equipe composta por um número privilegiado de pessoas brancas, conseqüência de processos seletivos permeados por preconceitos que conduzem à discriminação de profissionais negros. Só isso é a negação da diversidade na formação da equipe.

- Minimização do crime de racismo: situações de discriminação e/ou preconceito entre alunos e

professores entendidas como ações naturais do relacionamento humano, sendo tratadas como um problema sem importância. Generalização dos efeitos do preconceito e da discriminação racial contra os negros, nivelando-os com outros problemas sociais como pobreza, papel de falso status social, de incapacidade intelectual, machismo, etc.

O pouco conhecimento que os profissionais da educação têm sobre o racismo e suas formas de representação pode levá-los a distorcer e minimizar os problemas, em diversas situações. No livro didático, por exemplo, o negro é desumanizado, caracterizado pela ausência de nomes próprios, de constelação familiar; pela associação das ilustrações dos personagens negros a animais; a criança negra é vista como má, como brinquedo de criança branca, desobediente, faminta, excluída, isolada; e aparece em último lugar nas ilustrações de grupos. Além de ser vista como incapaz intelectualmente, ou seja, “burra” e pobre, sem se discutirem as causas da pobreza, e ainda é *culpabilizada* pelo seu insucesso e incompetência. Em outras situações, pode haver a tendência a neutralizar o problema, realçando a beleza de ser negro, demonstrando reprovação pelo fato de a criança negra reclamar por ser chamada de “negra”. Para Cavalleiro (1991, p. 54), “não se trata de ser ou não ser lindo o negro. É normal ser negro, como é normal ser branco, descendente de japonês, ou qualquer outra ascendência que se tenha”. O que não é normal é negar a valorosa contribuição que os negros deram para a construção histórica, econômica, social, política, intelectual e cultural deste país.

Muitas vezes, os (as) professores (as) deslocam a questão étnica da condição de problema central, desviando-a para a condição de problema secundário, tentando traçar uma linha paralela de igualdade entre conflitos distintos, fazendo com que o conflito racial fique em segundo plano.

Acontecimentos como esses podem ser entendidos como pequenos detalhes do cotidiano escolar. Porém, são reveladores de uma

prática que prejudica severa e diretamente o desenvolvimento dos alunos negros. E, indiretamente, a todos os indivíduos que recebem tais informações. Essas experiências vividas na escola podem ser transportadas para outras situações sociais.

Todos aqueles que favorecem a manutenção, indução ou propagação do racismo, preconceito e discriminação racial no espaço escolar precisam ser levados a rever suas atitudes. Não basta ser um bom profissional, tem de “ensinar com perfeição e sem coação”. Daí a necessidade de ser solidário, em relação aos problemas que atingem os alunos negros: “buscar soluções para esse problema não representa um trabalho apenas em favor dos alunos negros. Mais do que isso, representa um trabalho em favor do ser humano e em prol da cidadania, da democracia e da sociedade brasileira” (CAVALLEIRO, 1991, p. 55).

Cavalleiro ensina-nos como agir diante das situações de preconceito e de discriminação no espaço escolar:

- os profissionais da escola devem valorizar cada reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar;
- as vítimas dessas situações não devem ser culpadas por tal acontecimento;
- quem ofendeu, humilhou ou ironizou o outro indivíduo, pautado no seu pertencimento racial, deve ser levado a entender a sua atitude como negativa;
- a criança que traz a reclamação, quando ofendida pelas atitudes de amigos e/ou professores, deve receber afeto e ter a certeza de que poderá contar com o respeito de todos.

A escola precisa organizar-se para demonstrar a todos a importância da pluralidade étnica na sociedade. Os educadores devem contemplar a discussão da diversidade étnica da sociedade; discutir os problemas sociais, em suas diferentes proporções, que atingem os grupos étnicos. Para isso, os educadores podem utilizar as notícias veiculadas pela

mídia nacional, mostrando os prejuízos e as desvantagens acarretadas por se pertencer a determinado grupo (CAVALLEIRO, 1991).

Concluimos que a ausência desse questionamento na escola se mostra prejudicial ao grupo étnico negro. Silenciar diante do problema não apaga as diferenças. Permite, porém, que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. Um entendimento pautado nas experiências sociais de modo acrítico, conforme a divisão racial e o papel a ser executado por cada um.

6 Conclusão

Um século e meio passou-se e a pretensão do educador Pretextato dos Passos da Silva, que objetivava que as crianças pretas e pardas fossem ensinadas “com perfeição e sem coação”, continua sendo um desejo não alcançado. Tanto os movimentos sociais pela educação como os movimentos negros, em tese, advogam por uma educação cidadã. Desejam a construção, pela via da educação, de uma sociedade justa, igualitária e democrática, mas divergem quando se trata das especificidades étnicas. A especificidade étnica não é vista como legítima por uma parcela da sociedade brasileira. Uma das razões é plantada na forma de ver a nossa sociedade sobre a ideologia de Casa Grande e Senzala (FREIRE, 1999). Sob essa ótica, os antagonismos étnicos foram diluídos pela mestiçagem brasileira, confundindo-se um processo biológico com a dominação étnica. Assim, não haveria motivo para especificidades, uma vez satisfeitas as reivindicações universais. A república no Brasil trabalha a idéia da uniformidade da nação contra a existência de identidades étnicas e transformou essa identidade numa espécie de perigo e traição à causa nacional, a causa do povo brasileiro (MUNANGA, 1999). Esses dois fatos refletem-se na forma tardia e tímida com que a legislação da educação trata as posturas da etnia afrodescendente.

Para reverter a situação de desigualdade de tratamento na educação e os sofrimentos e injustiças a que as crianças negras vêm sendo submetidas nas escolas, faz-se necessária a transformação de velhas práticas em novas alternativas que concorram para a inclusão positiva desses alunos no sistema de ensino, garantindo o direito constitucional à educação pública de qualidade e à especificidade. (CURY, 2002). Para tanto, Cavalleiro (1991, p. 56), como vimos mais acima, dá-nos sugestões para a transformação.

Não há como negar que o preconceito, a discriminação e o racismo constituem um problema que afeta, em maior grau, as crianças negras, como, especificamente, enfoca este artigo. O(a) aluno(a) negro (a) sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças que afetam a sua infância, adolescência, refletem na vida adulta e comprometem todo o seu desenvolvimento.

A escola tem-se mostrado omissa quanto ao dever de reconhecer, positivamente, a criança negra no cotidiano escolar, o que converge para o afastamento dela do quadro educacional. Se o acesso à educação representa um direito de todos os cidadãos, é contraditório o espaço escolar não estar preparado para receber crianças negras, em um país de expressiva população negra.

O problema étnico, no cotidiano escolar, não pode continuar, constantemente, silenciado e sem solução. A esperança é que a aplicação das emendas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB venha alterar a situação presente, dando força às ações dos movimentos negros. Acredito, também, ser urgente a adoção de medidas que possibilitem o desenvolvimento do senso crítico do professor e a reelaboração do seu saber eurocêntrico, que não contempla, em grande parte, a história, a cultura e as experiências da maioria da clientela da escola pública. (GIROUX, 1986).

Black child and ethnic discrimination in the school and movements for the popular education

Abstract

Social movements and State stop throughout the last century strong dialogue that result in laws constitutional, emendations to these and norms and regulations on the education that translate part the history of the Education. Popular Social movements aimed at in these strikes the elimination of the illiteracy, and brings the global of universal education, the democratization of the education and the instauration of a critical vision and citizen. Black movements had developed specific vision on the education that had always contrasted with the too much popular movements. The analysis of the relation educational system, black child reflects the points developed for the movements black that recently are only changed into national educational line of direction, in the National Curricular Parameters in 1996-1998, in law 10.639/03 emendation that modifies the National Law for Basic Education and establishes history and culture as compulsory subject in the education system. This article presents the situation of the Black Child in the Education as base to reflect on the called advances in the laws, norms and procedures edited for the Brazilian state on the education and the relation with the black population.

Keywords: Black child. Racism. Ethnic discrimination. Education. School and laws.

Referências

APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANSELLE, J. ; M'BOKOLO, E. *Au coeur de l'etnie, tribalisme et etat em Afrique*. Paris: La Decouverte, 1985.

CAVALLEIRO, E. S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

CAVALLEIRO, E. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse SILVEIRA, Sônia M. (Org.) *Os negros e a escola brasileira*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999.

CUNHA Júnior, Henrique. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: Edicon, 1992.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. *Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola*. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Educação, 1998. Mimeo.

_____. Africanidades, afrodescendência e educação. *Revista Educação em Debates*, [S.l.], ano 23, v.2, n.42, 2000.

SILVA, Selma Maria da. *Imagens de africanidade: uma leitura de mundo anti-racista*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 37. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIROUX, Henry. *Para além das teorias da reprodução: teoria crítica e resistência em educação*. Trad. Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

LOPES, Ademil. *Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública em São Carlos*. São Carlos, 1994. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, 1994.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: uso e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2003.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. In: COLEET, Michael et al. (Org.). Tradução José Cipolla Neto; Luis Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 5. ed. São Paulo: M. Fontes, 1994.